EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Processo Licitatório Nº 063/2026	**Pregão Eletrônico Nº 026/2026**
Registro de Preços: ☐ Não ☒ Sim	
Unidades Requisitantes: Secretaria Municipal de Educação.	
Regulamentação Municipal: Decreto nº 011/2025.	
Critério de Aceitabilidade: Média de Preços apurada pela Administração, bem como a observância aos preceitos legais e regras consignadas neste Edital.	
Orçamento Sigiloso: ☒ Não ☐ *Sim * Exceto para os órgãos de controle e licitantes no momento de julgamento.	
Permite adesão de órgãos não participantes: ☐ Não ☒ Sim	
Tipo de Julgamento: ☒ Menor preço por item ☐ *Menor Preço por lote ☐ *Menor Preço Global * O julgamento do certame por "menor preço por lote" se justifica conforme entendimento do TCU – Acórdão 861/2013 – Plenário, eis que os itens licitados, aglutinados por lotes estão intrinsecamente relacionados, possuindo a mesma natureza. Além disso, possibilita o aumento da eficiência administrativa do setor público, pela otimização do gerenciamento dos seus contratos de fornecimentos, conforme se verifica do Acórdão TCU nº 5.260/2011 – 1ª Câmara. Ademais, a adjudicação por itens isolados exigiria elevado número de procedimentos para a seleção, o que, tornaria bem mais oneroso o trabalho da Administração Pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (Acórdão TCU 5.301/2013 – 2ª Câmara)	
Modo de Disputa: ☒ Aberto ☐ Aberto e Fechado.	
Recebimento de Propostas: **Fim:** 27/11/2026 às 09h30min	**Realização**: 27/11/2026 **Horário**: 09h30min, horário de Brasília **Obs**. Nesta fase será informado via chat o horário de início dos lances.
Local de Realização: https://licitar.digital/	
Telef. Contato: 33 3326 6 ou pelo endereço eletrônico: licitacao@santaritademinas.mg.gov.br	
Aplicar Benefícios da Lei Complementar 123/2006: ☐ Não ☒ Sim **Licitação Exclusiva para ME e EPP**: ☐ Sim ☒ Não – Ampla Concorrência **Aplicar o Art. 48, III, da Lei Complementar 123/2006, em conformidade com o art. 87 do Código Civil Brasileiro:** ☒ Não ☐ Sim ~~**Obs.:** Para cumprimento da legislação em comento o item XXXX será destinado exclusivamente para MEs EPPs e equiparadas~~. **Aplicar o § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014**: ☒ Não ☐ Sim ~~**Obs.**: Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável, bem como a promoção da prática empresarial será adjudicada às MEs, EPPs e equiparadas sediadas na microrregião de **CARATINGA** as ofertas cujos preços estejam até 10% superiores ao melhor preço válido.~~ ~~Os entendimentos acerca do tratamento diferenciado concedido às empresas enquadradas encontram-se amparado com base na consulta nº 1167118.734, sessão de 10/09/2025, do TCE/MG~~.	

Peças Integrantes do Edital:

Anexo I – Normas específicas;
Anexo II – Declaração de enquadramento ME, EPPs e equiparadas;
Anexo III – Declarações Conjuntas;
Anexo IV – Proposta Comercial.
Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo VI – Minuta de Contrato
Anexo VII – Orçamento Estimado em Quantitativos e Valores.
Anexo VIII – Termo de Designação de Fiscal de ARP/Contrato

O Município de Santa Rita de Minas – MG, por intermédio de seu Pregoeiro juridicamente constituído, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal n.º 14.133/21 da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital:
Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro do município de Santa Rita de Minas, Senhor Jacques Dorigheto, devidamente designado com sua respectiva equipe de apoio e demais profissionais do quadro do município, quando intimado pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica.
No curso de realização do processo licitatório a Administração será norteada pelo princípio da moderação, dispensando o formalismo exagerado com o objetivo de ampliar a competitividade, desde que o fato gerador apontado não seja grosseiro nem fira o princípio da isonomia entre os competidores.
O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas no endereço eletrônico www.santatirademinas.mg.gov.br e na plataforma https://licitar.digital/ e também no prédio administrativo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.
As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site do município, bem como as publicações na plataforma de julgamento.

1. DO OBJETO.

1.1 A presente licitação tem por objeto selecionar proposta para Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de e Estações Didáticas Móveis de Matemática, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas conjuntos de materiais pedagógicos estruturados para a Educação Infantil e de Pré-Escola, de modo a contribuir para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na rede municipal de educação, em conformidade com os anexos deste Edital.
1.2 O objeto desta licitação será executado em total observância às prescrições deste instrumento o qual disciplina as regras do certame.

2. DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS.

2.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas e documentos, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos sobre o pregão, desde que arguidos por escrito e tempestivamente protocolados no Setor de Licitações em dias úteis, respeitada a disponibilidade para recepção em horário de expediente ou pelo e-mail licitacao@santaritademinas.mg.gov.br
2.2 As respostas do Pregoeiro quanto às dúvidas e questionamentos suscitados serão respondidas por escrito, no prazo de até 02 (dois) dias e devidamente publicadas na imprensa oficial local bem como no site https://licitar.digital/ para conhecimento dos interessados.
2.3 Quando o questionamento implicar alteração de condição básica da licitação, o Edital será revisto e o prazo de apresentação das propostas será reaberto.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES.

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados junto ao endereço eletrônico https://licitar.digital/ que atendam a todas as exigências contidas neste Edital, com ramo de atividade compatível com o objeto, inclusive quanto ao disposto nos seus anexos;

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 É de responsabilidade da empresa licitante a obtenção das licenças e autorizações a que se refere o inciso I do § 5º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/21, quando for o caso.

3.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não poderão participar deste pregão**:**

3.5.1 Licitantes suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.5.2 Licitante declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.5.3 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.5.4 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

3.5.5 Licitante cujo estatuto ou Contrato social não inclua o objeto deste pregão**;**

3.5.6 Licitante que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

3.5.7 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.5.8 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.5.9 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados

3.5.10 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.5.11 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si.

3.5.12 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.5.13 Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato Agente Público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/21.

3.7 O Impedimento de que trata o item 3.5.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A vedação de que trata o item 3.5.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de EQUIPE DE APOIO, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9 É expressamente vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão licitante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme disposto no § único do inciso VI do art. 48 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.10 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro não mais serão admitidos novos proponentes junto ao certame.

4. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ENQUADRADAS NAS CONDIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

4.1 Ao licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de Pequeno Porte ou equiparada, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, será concedido o tratamento favorecido, nos termos dos art. 42 a 49 do mesmo diploma legal.

4.2 Na forma da legislação vigente, os licitantes para obterem o tratamento diferenciado deverão comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mediante a apresentação de:

4.2.1 Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, ou declaração equivalente inerente à empresa participante;

4.2.2 Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou declaração equivalente inerente à empresa participante

4.3 O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS.

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

5.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1 Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

5.2.2 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a Proposta apresentada está em conformidade com o Edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

5.2.3 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.2.4 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

5.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

5.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

5.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5 A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.2 ao 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

5.8 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.9 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

6. DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Especificação detalhada dos produtos conforme objeto do Edital;

6.1.2 Preços unitários e totais, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais;

6.1.3 Marca dos produtos ofertados à Administração;

6.2 O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”

6.3 O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema, mediante cadastro prévio no sistema

6.4 A simples participação da licitante concorrente neste certame implica que:

6.4.1 Foram aceitas todas as condições estabelecidas neste pregão;

6.4.2 Que a apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os produtos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.4.3 Compromete-se a executar o objeto desta licitação em total conformidade com as especificações deste Edital.

6.4.4 No preço estão computadas todas as despesas administrativas tais como: salários e encargos sociais, de acordo com a legislação trabalhista, seguros, fretes, taxas, impostos e demais encargos incidentes;

6.5 O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contado da data de julgamento do certame.

6.6 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias poderá ser solicitada prorrogação de validade a todos os licitantes classificados, caso persista o interesse do município.

6.6.1 A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento do licitante, sendo liberado do compromisso em caso de recusa.

6.7 Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da formulação de sua proposta comercial, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer condições esculpidas no Edital, seja no aspecto jurídico, técnico ou comercial.

6.8 O licitante poderá apresentar proposta referente ao(s) lote(s)/item(s) que for(em) de seu interesse, devendo esta(s) e os lances referirem-se à integralidade de seu objeto, não se admitindo propostas para fornecimento parcial do objeto do lote, quando for o caso.

6.9 O Município de Santa Rita de Minas, MG, efetuará as retenções relativas aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, nos termos da legislação vigente.

6.9.1 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses

6.10 Será desclassificada a proposta comercial que:

6.10.1 Não se refira à integralidade do objeto;

6.10.2 Não atenda às exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência;

6.10.3 Tenha suas amostras ou folders (quando for o caso) considerados em desacordo com as especificações deste Edital e da legislação aplicável, por meio de parecer técnico emitido pelo município de Santa Rita de Minas, ou que não sejam entregues no prazo determinado, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, em relação aos itens

6.11 O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado na sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG, com endereço à Rua Altivo Marçal nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, CEP 35.326- .

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados poderá ensejar a responsabilização pela Administração e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

6.12.1 Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição;

6.12.2 Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do Contrato.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, onde o Pregoeiro primeiramente verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do Edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo e classificadas as que estiverem em acordo.

7.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2 SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE IDENTIFIQUE O LICITANTE.

7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 A desistência da proponente em ofertar lances, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará em exclusão da disputa, restando sua última oferta registrada para fins de classificação definitiva.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá obedecer ao intervalo mínimo de ~~1%(um por cento)~~.

7.9.1 Excepcionalmente, o pregoeiro poderá, conforme o caso, vislumbrada vantajosidade para a Administração alterar o intervalo mínimo de lances da disputa dispensando o intervalo em porcentagem e adotando o critério de menor preço.

7.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo previsto pelo sistema, na hipótese de lance inconsistente, inexequível ou puramente erro material.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração máxima de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.1 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.2 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.3 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, poderá facultativamente admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.4 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, podendo ser remarcada posteriormente mediante publicações no sítio eletrônico do órgão.

7.16 Encerrada a etapa de lances, caso o pregoeiro entenda que há indícios de inexequibilidade nos preços, fixará prazo para que a licitante, cuja proposta melhor classificada e registrada, elabore demonstrativos que justifiquem a exequibilidade na formação de seu preço por meio de planilha de custos devidamente fundamentada, que evidenciem a possibilidade do cumprimento da proposta, sujeita a exame e aceitabilidade pelo pregoeiro, sob pena de não ser proclamada vencedora

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira

colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A proposta mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, nesta ordem:

7.19.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2 Empresas brasileiras;

7.20.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

8. DA NEGOCIAÇÃO.

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.1.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 05 (cinco) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.1.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.2 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de negociação e julgamento da proposta.

8.3 Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.4 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, legislação correlata e cláusula segunda do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

9. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

9.1 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e sua compatibilidade com as especificações técnicas do objeto.

9.2 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.4.1 Contiver vícios insanáveis;

9.4.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.5, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.5.2 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.5.3 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10. DA AMOSTRA.

10.1 A Administração Municipal reserva-se o direito, caso julgue necessário, de solicitar das empresas provisoriamente vencedoras a apresentação de amostras dos produtos que se dispuserem a fornecer ao município no mesmo prazo definido para entrega. A análise da amostra será efetuada pelo setor requisitante ou por seu corpo técnico.

10.2 A amostra de produto que apresentar problemas de natureza técnica e/ou descritiva ou que, comprometa a qualidade, eficiência e economicidade, será imediatamente recusada, mesmo que possua todas as especificações exigidas neste Edital. Nestas circunstâncias, a Administração reserva-se o direito de convocar os licitantes remanescentes em caso de inércia da licitante em trocar os produtos.

10.3 A amostra deverá ser enviada juntamente com a embalagem original do objeto, a fim de que possamos aferir com precisão a especificação do objeto, quando for o caso.

10.4 A amostra que obtiver aprovação poderá (a critério da Administração) efetivamente ser adquirida.

10.5 As amostras rejeitadas deverão ser RETIRADAS da Seção de Almoxarifado, no prazo máximo de 10 dias, contados da apresentação. Caso contrário, serão consideradas abandonadas.

10.6 A licitante vencedora ficará responsável por todos os tributos, custos e demais despesas, a fim de que o material objeto do presente certame seja entregue, inclusive todas as despesas provenientes das amostras

10.7 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os licitantes.

10.8 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.9 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostras fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.10 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Sob pena de inabilitação e desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante da proposta de preços, exceto no caso das filiais em que as certidões são emitidas com CNPJ da matriz.

11.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por extração via internet, por cópia ou por declaração de autenticidade emitida por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

11.2.1 Os atos serão preferencialmente digitais, de modo a permitir a comunicação, armazenamento e validação por meio eletrônico;

11.2.2 2º É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11.3 O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitar-se no presente processo:

11.4 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.4.1 Ato constitutivo (Contrato Social, Requerimento de Empresário, Estatuto e outros) com sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente. Em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.4.1.1 Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou substituídos pela consolidação respectiva;

11.4.1.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

11.4.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.5.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

11.5.2 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei

11.5.2.1 Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal do Brasil, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais, às Contribuições Sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212/91 e à Dívida Ativa da União, ou distinta, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;

11.5.2.2 Faz parte da regularidade para com a Fazenda Estadual a apresentação da Certidão de Quitação dos Tributos Tributários Estaduais ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos ao domicílio ou sede do licitante;

11.5.2.3 Faz parte da regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante a apresentação de Certidão Negativa de Quitação de Débitos ou Positiva com efeitos de negativa emitida pela Secretaria Municipal competente;

11.5.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei mediante apresentação de Certificado de Regularidade (CRF do FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

11.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

11.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

11.6.1 Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para os quais já tenha a licitante fornecido produtos iguais ou similares ao objeto desta licitação, ou seja, sejam compatíveis em características, quantidades e prazos (art. 67, II) e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto da licitação podendo ser apresentados atestados para itens isolados, que atestem o desempenho da proponente quanto à qualidade dos produtos e o cumprimento dos prazos de execução.

11.7 DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

11.7.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.7.2 Declaração conjunta, conforme ***Anexo III***;

11.8 Os licitantes terão o prazo máximo de 30 minutos para vincular os documentos de habilitação ao certame sob pena de serem considerados inabilitados, podendo haver prorrogação a critério da autoridade condutora do certame.

11.9 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.10 O Pregoeiro e a EQUIPE DE APOIO poderão efetuar consultas ao site dos órgãos emissores para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos documentos extraídos pela internet, para fins de habilitação.

11.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

11.12 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei, conforme disposto no inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.13 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.14 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.15 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

11.16 A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

11.16.1 Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

11.16.2 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

11.16.3 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação ou documento equivalente e não como condição para participação na licitação.

11.17 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado o Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou submeter o processo à autoridade competente para revogação.

11.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

11.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.19 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado a classificação do certame.

11.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o sub-item anterior.

12. DA VISTORIA.

12.1 Não se exigirá que a licitante realize vistoria do local de entrega e execução do objeto licitado devido à sua característica.

13. DAS PENALIDADES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 Não assinar o Contrato, Ata de Registro de Preços e/ou não receber a Ordem de Fornecimento dentro de até 10 (dez) dias a contar da intimação do ato;

13.1.1.1 Decairá ao direito de gozo ao resultado da licitação o licitante que não proceder as exigências contidas no item 13.1.1, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e em lei.

13.1.1.2 O prazo previsto no item 13.1.1 poderá ser dilatado, desde que a licitante vencedora apresente as devidas justificativas aceitas pela Administração.

13.1.1.3 Caso não haja assinatura do instrumento competente a Administração convocara os licitantes remanescentes na ordem de classificação, aplicando para tanto as diretrizes contidas no §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.1.2 Apresentar documentação falsa;

13.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

13.1.4 Retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
13.1.5 Não mantiver sua proposta;
13.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
13.1.7 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
13.1.8 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
13.1.9 Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la falsificada ou deteriorada;
13.1.10 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
13.1.11 Fraudar a licitação;
13.1.12 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
13.1.13 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
13.1.14 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
13.1.15 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
13.2 Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:
13.2.1 Advertência;
13.2.2 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado;
13.2.3 Impedimento de licitar e contratar e;
13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
13.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
13.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
13.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes
13.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
13.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado;
13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.2, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.11, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado;
13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa
13.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
13.8 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
13.9 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.10 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

14. DOS RECURSOS

14.1 A licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso. O recurso será redigido em computador, contendo nome empresarial, número do CNPJ e endereço da licitante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

14.2 O tempo máximo para manifestação da intenção de recurso será de 05 minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo, motivadamente

14.3 O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

14.4 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.5 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, exercendo, para tanto, seu poder direito de juízo de admissibilidade.

14.6 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.7 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/21, fica a vista dos autos franqueada ao licitante tão somente dos elementos indispensáveis à defesa de seu interesse.

14.8 As intenções de recurso não admitidas ou rejeitados pelo pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

14.9 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10 Os recursos ou pedidos de reconsideração contra a decisão do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

15. DA IMPUGNAÇÃO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a realização do certame, as falhas ou irregularidades que viciariam esse Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso

15.2.1 Resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pela licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e

comprovante do poder de representação legal (Contrato social, se sócio; Contrato social e procuração, se procurador; somente procuração, se pública).

15.4 O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.5 Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na sala da Comissão de Licitação, à Rua Altivo Marçal do Carmo nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, CEP 35.326- .

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 O objeto será adjudicado e homologado pela autoridade máxima do órgão às licitantes vencedoras dos lotes ou itens, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação será efetuada quando decisão da peça jurídica

16.2 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para retirar a nota de empenho, assinar o instrumento de Contrato ou Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3 O prazo para retirada da nota de empenho, assinatura do instrumento de Contrato ou Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17. DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

17.1 O fornecimento que compreende o objeto deste Edital será eventualmente executado pela Administração durante a vigência da ata de “Registro de Preços”.

17.2 Os licitantes deverão ter atenção quanto ao prazo de entrega para que não traga transtorno aos setores administrativos requisitantes que demandam o fornecimento do objeto, uma vez que ocorrendo atraso na entrega acarretará prejuízos à Administração Municipal, sujeitando o proponente infrator às penalidades previstas neste Edital e no instrumento de Ata de Registro de Preços / Contrato, ficando os mesmos cientes de que os pedidos serão realizados parceladamente, mediante a demanda e necessidade de cada secretaria, sem que a licitante vencedora possa impor valor ou volume mínimo para cada pedido. Em cada ordem de fornecimento estará estabelecido o quantitativo e a especificação de cada produto, não podendo a empresa estabelecer valor mínimo de fatura ou pedido mínimo para entrega. As ordens de fornecimento serão expedidas sempre que surgir a necessidade.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG de acordo com a efetiva entrega por parte da contratada, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.

18.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

18.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.4 Para efeito de pagamento serão observados os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à contratada.

19. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 Os recursos orçamentários para suportar as despesas eventualmente contraídas, estão consignados no orçamento próprio do município, compatível com o objeto do certame.

20. DO FÓRUM

20.1 As questões decorrentes deste certame, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Caratinga com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O presente processo somente poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou, anulado no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21, quando for o caso.

21.3 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais e/ou materiais observadas na documentação e proposta de forma a ampliar a competitividade do certame e a selecionar a proposta mais vantajosa, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura do certame, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.4 Ocorrendo o descumprimento das obrigações assumidas pela vencedora do certame, o objeto poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação e de acordo com as propostas apresentadas.

21.5 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação da documentação relativa ao presente Edital.

21.6 Independentemente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceitado sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, arguir falhas e irregularidades no processo;

21.7 No exclusivo interesse do município, este poderá emitir tantas Ordens de Fornecimentos, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício que se façam necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos;

21.8 O objeto deste certame, observados os requisitos legais, em especial aos ditames previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ser prorrogado no interesse exclusivo da Administração municipal.

21.9 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto sem o expresso consentimento da Administração, bem como a participação de estranhos ao processo licitatório, exceto nos casos de atendimentos às diretrizes da LC nº 123/2006.

21.10 Os casos omissos não tratados neste Edital serão resolvidos à luz das regras previstas na Lei Federal 14.133/21

Santa Rita de Minas, MG 06 de novembro de 2026.

_____
Jacques Dorigheto
Pregoeiro

JACQUES DORIGHETO:14906353789
Data: 2026.11.13 09:30:53-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

ANEXO I – NORMASESPECÍFICAS
TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto selecionar proposta para Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de e Estações Didáticas Móveis de Matemática, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas conjuntos de materiais pedagógicos estruturados para a Educação Infantil e de Pré-Escola, de modo a contribuir para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na rede municipal de educação, conforme descrições contidas nos anexos deste Edital.

1.2 As marcas, porventura mencionadas, poderão ser substituídas por similares, desde que não comprometam a qualidade dos produtos;

1.3 O objeto ora licitado poderá ser utilizado, pela Administração municipal, em todas as suas Secretarias e Departamentos no corrente exercício bem como no exercício seguinte, enquanto perdurar a validade da Ata de Registro de Preços.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

2.1 A aquisição se justifica para fortalecer a as condições pedagógicas e estruturais da rede municipal de ensino de Santa Rita de Minas/MG, mediante a aquisição de Estações Didáticas Móveis de Matemática destinadas ao atendimento das crianças matriculadas na Educação Infantil, abrangendo as faixas etárias de 2, 3, 4 e 5 anos. A demanda busca disponibilizar recursos educacionais diversificados, compostos por livros paradidáticos, jogos e brinquedos educativos, materiais de orientação docente e sequências didáticas estruturadas, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento de experiências de aprendizagem relacionadas às primeiras noções matemáticas, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação Infantil constitui etapa fundamental da Educação Básica, caracterizada pela necessidade de promover experiências que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças, considerando seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Nessa fase, a aprendizagem ocorre predominantemente por meio das interações, brincadeiras, explorações e descobertas, exigindo a disponibilização de recursos pedagógicos que favoreçam a participação ativa das crianças e respeitem suas características individuais e os diferentes ritmos de desenvolvimento. A aquisição pretendida justifica-se pela importância de ampliar os instrumentos disponíveis aos professores para o desenvolvimento das primeiras habilidades relacionadas ao pensamento matemático, considerando que a construção dessas aprendizagens se inicia antes da escolarização formal. As experiências envolvendo quantidades, formas, tamanhos, posições, sequências, comparações, classificações e relações espaciais contribuem para a organização do pensamento infantil e para a compreensão progressiva de situações presentes no cotidiano. A disponibilização de Estações Didáticas Móveis de Matemática permitirá reunir, em conjuntos organizados, diferentes recursos pedagógicos destinados à realização de atividades lúdicas e experiências orientadas. A composição dos materiais busca favorecer a integração entre literatura infantil, jogos, brinquedos educativos e propostas metodológicas, permitindo que os professores desenvolvam atividades diversificadas e compatíveis com os objetivos de aprendizagem estabelecidos para cada faixa etária. No atendimento às crianças de 2 anos, a necessidade da estação didática relaciona-se à importância de proporcionar experiências sensoriais, motoras e cognitivas que favoreçam a exploração de objetos, o reconhecimento de características, a identificação de diferenças e semelhanças e a compreensão inicial de relações espaciais e quantitativas. Nessa etapa, as atividades devem respeitar as condições de desenvolvimento das crianças, priorizando situações concretas de manipulação, observação, experimentação e interação. A estação destinada à Creche de 2 anos, composta por 8 livros paradidáticos ilustrados, 74 jogos e brinquedos educativos distribuídos em 16 tipologias, além dos materiais de orientação destinados aos professores, busca oferecer

recursos adequados à organização dessas experiências. A diversidade de componentes permitirá a realização de atividades que estimulem a percepção visual e tátil, a coordenação motora, a curiosidade, a atenção e a construção progressiva de relações entre objetos e situações cotidianas. A utilização de jogos e brinquedos educativos nessa faixa etária apresenta relevância porque possibilita trabalhar conceitos matemáticos iniciais por meio de experiências concretas, sem antecipar procedimentos formais de ensino. Atividades relacionadas à identificação de cores, formas, dimensões, agrupamentos e posições poderão contribuir para o desenvolvimento da capacidade de observação, comparação e exploração, respeitando as particularidades da primeira infância. Quanto às crianças de 3 anos, a aquisição da estação didática justifica-se pela necessidade de ampliar as possibilidades de investigação, classificação, associação, organização e reconhecimento de padrões simples. Nessa fase, as crianças apresentam progressiva ampliação das habilidades de comunicação, interação e manipulação de objetos, tornando importante a disponibilização de recursos que favoreçam a construção de conhecimentos por meio de situações lúdicas e contextualizadas. A estação destinada à Creche de 3 anos, composta por 8 livros paradidáticos ilustrados, 80 jogos e brinquedos educativos distribuídos em 16 tipologias, além dos materiais de apoio docente, deverá proporcionar maior diversidade de experiências pedagógicas. Os recursos poderão ser utilizados em atividades individuais e coletivas, favorecendo a exploração de relações de quantidade, tamanho, sequência, localização e correspondência, bem como o desenvolvimento da atenção, da memória e do raciocínio lógico inicial. A utilização desses materiais também poderá contribuir para o fortalecimento das interações entre as crianças, considerando que os jogos e as atividades coletivas favorecem a comunicação, a cooperação, a observação de regras simples e a participação em experiências compartilhadas. Essas situações possuem relevância para o desenvolvimento social e cognitivo, permitindo que os conhecimentos matemáticos sejam construídos de maneira integrada às demais dimensões da aprendizagem infantil. No atendimento às crianças de 4 anos, a necessidade da aquisição está relacionada à importância de ampliar e sistematizar experiências que envolvam a identificação de regularidades, o reconhecimento de formas geométricas, a comparação de quantidades, a organização de sequências e a resolução de situações-problema adequadas à faixa etária. A utilização de materiais concretos e recursos lúdicos poderá favorecer a construção progressiva dessas habilidades, respeitando os objetivos educacionais previstos para a Pré-Escola. A estação destinada à Pré-Escola de 4 anos, composta por 8 livros paradidáticos ilustrados, 64 jogos e brinquedos educativos distribuídos em 16 tipologias, além dos livros de orientação e das sequências didáticas destinadas aos professores, busca proporcionar condições para a realização de atividades que estimulem o raciocínio lógico-matemático, a criatividade, a percepção espacial e a capacidade de estabelecer relações entre diferentes elementos. Os recursos destinados a essa faixa etária deverão favorecer a exploração de situações concretas relacionadas à contagem, à comparação, à classificação, à seriação e ao reconhecimento de características dos objetos. A utilização de jogos e brinquedos permitirá que essas experiências sejam desenvolvidas de maneira participativa, possibilitando às crianças formular hipóteses, realizar descobertas e construir conhecimentos a partir da interação com os materiais. Quanto às crianças de 5 anos, a aquisição da estação didática justifica-se pela necessidade de proporcionar experiências que ampliem as habilidades matemáticas desenvolvidas ao longo da Educação Infantil, favorecendo a organização do pensamento, o estabelecimento de relações lógicas e a resolução de problemas contextualizados. Nessa etapa, torna-se importante assegurar a continuidade das aprendizagens, respeitando o desenvolvimento infantil e evitando a antecipação inadequada de conteúdos e procedimentos próprios do Ensino Fundamental. A estação destinada à Pré-Escola de 5 anos, composta por 8 livros paradidáticos ilustrados, 64 jogos e brinquedos educativos distribuídos em 16 tipologias, acompanhados dos respectivos materiais de orientação docente, deverá contribuir para o desenvolvimento de atividades relacionadas à contagem, à correspondência, à identificação de padrões, às relações espaciais e temporais e à compreensão progressiva de quantidades e medidas. A disponibilização desses recursos poderá favorecer a ampliação da autonomia das crianças na realização das atividades, estimulando a observação, a formulação de estratégias, a comparação de resultados e a comunicação de suas descobertas. A utilização de propostas lúdicas e orientadas deverá

contribuir para o desenvolvimento de habilidades importantes à continuidade da trajetória escolar, sem descaracterizar as finalidades próprias da Educação Infantil. A aquisição dos livros paradidáticos ilustrados que integram cada estação apresenta relevância pela possibilidade de relacionar experiências matemáticas à literatura infantil, à linguagem oral, à imaginação e às situações presentes no cotidiano. A utilização de histórias, personagens e elementos visuais poderá favorecer a contextualização das atividades, permitindo que as crianças estabeleçam relações entre os conhecimentos trabalhados e suas experiências pessoais. A integração entre literatura infantil e jogos educativos busca ampliar as possibilidades metodológicas dos professores, evitando que as primeiras experiências matemáticas sejam desenvolvidas exclusivamente por meio de atividades repetitivas ou descontextualizadas. A associação entre narrativas, brincadeiras, manipulação de objetos e resolução de desafios adequados à idade poderá contribuir para tornar as experiências de aprendizagem mais significativas e compatíveis com as características da infância. A diversidade de jogos e brinquedos educativos prevista nas estações também se justifica pela necessidade de contemplar diferentes formas de aprendizagem e participação. A disponibilização de materiais com características variadas permite que os professores organizem atividades de exploração, construção, associação, classificação e comparação, considerando as particularidades de cada turma e as necessidades individuais das crianças. Outro aspecto relevante da contratação consiste na disponibilização de materiais específicos de orientação aos professores. Cada estação deverá contemplar 2 livros do professor com 8 orientações de vivências e 2 livros do professor com 8 sequências didáticas estruturadas, proporcionando suporte metodológico à organização das atividades e à utilização dos recursos que integram os conjuntos. Esses materiais apresentam importância para o planejamento pedagógico, pois permitem estabelecer relações entre os objetivos de aprendizagem, as experiências propostas e os recursos disponíveis. As orientações docentes poderão auxiliar na organização dos ambientes, na seleção dos jogos, na condução das atividades e na observação das aprendizagens, favorecendo a utilização integrada dos componentes de cada estação. As sequências didáticas estruturadas também deverão contribuir para a continuidade e a progressividade das experiências pedagógicas, permitindo que os professores desenvolvam propostas articuladas e adequadas às características de cada faixa etária. Sua utilização deverá ocorrer de maneira flexível, respeitando a autonomia docente, as condições de desenvolvimento das crianças e as particularidades das unidades escolares. A contratação apresenta relevância para a implementação dos campos de experiências previstos na BNCC, especialmente o campo denominado "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações", que contempla situações de exploração, investigação e construção de conhecimentos relacionados ao ambiente físico, às relações espaciais, temporais e quantitativas. Os materiais também poderão favorecer experiências vinculadas aos demais campos, considerando a natureza integrada das aprendizagens na Educação Infantil. A disponibilização das estações didáticas busca assegurar que os professores disponham de instrumentos adequados para desenvolver atividades que relacionem conhecimentos matemáticos às brincadeiras e às experiências cotidianas das crianças. Essa abordagem contribui para a construção progressiva do raciocínio lógico, da capacidade de observação e da resolução de situações-problema, sem desconsiderar a importância das dimensões afetivas, sociais, motoras e comunicativas do desenvolvimento infantil. A característica móvel das estações constitui outro fundamento relevante da aquisição, considerando a possibilidade de utilização dos materiais em diferentes ambientes pedagógicos. A existência de estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte deverá favorecer a organização, o acondicionamento, a conservação e a movimentação dos componentes, permitindo maior flexibilidade na utilização dos recursos pelas unidades escolares. A mobilidade dos conjuntos poderá contribuir para o aproveitamento dos materiais em diferentes espaços de aprendizagem, conforme o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e as necessidades das unidades escolares. Essa característica apresenta importância administrativa e pedagógica, pois favorece a organização das atividades e a utilização compartilhada dos recursos, observadas as condições de disponibilidade e conservação dos materiais. A aquisição também busca fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas, considerando que as crianças apresentam diferentes ritmos, habilidades e necessidades de aprendizagem. A diversidade

de recursos concretos, visuais e manipuláveis poderá ampliar as possibilidades de participação nas atividades, permitindo que os professores desenvolvam adaptações metodológicas compatíveis com as condições individuais dos estudantes, inclusive daqueles que necessitem de atendimento educacional especializado. Sob a perspectiva da organização curricular, a disponibilização de estações específicas para cada faixa etária deverá favorecer a adequação das propostas pedagógicas aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento correspondentes. A diferenciação dos materiais destinados às crianças de 2, 3, 4 e 5 anos busca respeitar a progressividade das experiências educacionais, evitando a utilização indiscriminada de recursos incompatíveis com as características de desenvolvimento de cada grupo. A contratação também se relaciona à necessidade de proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais da Educação Infantil, mediante a disponibilização de recursos que auxiliem na preparação, execução e acompanhamento das atividades. A existência de materiais organizados e acompanhados de orientações pedagógicas poderá contribuir para a diversificação das estratégias de ensino e para o aproveitamento adequado do tempo destinado ao planejamento. A aquisição de uma estação para cada faixa etária contemplada na demanda deverá permitir a disponibilização de conjuntos específicos para as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação. A organização de sua utilização deverá considerar a quantidade de turmas, a distribuição dos estudantes e o planejamento das unidades escolares, de modo a assegurar o aproveitamento dos materiais e evitar sua subutilização. No aspecto administrativo, a contratação busca assegurar a aquisição de recursos pedagógicos com composição definida, características compatíveis com as finalidades educacionais e condições adequadas de conservação e transporte. A definição das especificações deverá observar as necessidades efetivamente identificadas, assegurando a qualidade dos materiais sem estabelecer exigências desnecessárias que possam comprometer a competitividade do procedimento. A necessidade da contratação encontra fundamento no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, bem como no art. 206, inciso VII, que prevê a garantia de padrão de qualidade do ensino. A disponibilização de recursos pedagógicos adequados constitui medida destinada ao fortalecimento das condições de oferta da educação pública, contribuindo para a concretização dessas diretrizes. A Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também fundamenta a importância da organização das práticas pedagógicas e da disponibilização dos meios necessários ao desenvolvimento do ensino. No âmbito da Educação Infantil, a legislação reconhece a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A contratação pretendida deverá observar, ainda, os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando que os recursos adquiridos correspondam às necessidades pedagógicas identificadas e apresentem condições adequadas de utilização. O planejamento da aquisição deverá considerar a composição de cada estação, sua finalidade educacional, a qualidade dos componentes e a possibilidade de aproveitamento nas atividades desenvolvidas pela rede municipal. Diante dessas considerações, a aquisição das Estações Didáticas Móveis de Matemática apresenta justificativa fundamentada na necessidade de ampliar os recursos pedagógicos destinados à Educação Infantil, proporcionar experiências de aprendizagem adequadas às crianças de 2, 3, 4 e 5 anos e fortalecer o desenvolvimento das primeiras habilidades relacionadas ao pensamento matemático. A disponibilização de livros paradidáticos, jogos, brinquedos educativos, orientações docentes e sequências didáticas estruturadas busca favorecer a qualidade das práticas pedagógicas, a organização do trabalho dos professores e o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para o aprimoramento da educação pública municipal de Santa Rita de Minas/MG. A escolha pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS **“SRP”** está amparada no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.2 A aquisição por meio de processo licitatório decorre da observância dos princípios da impessoalidade, eficiência, moralidade, legalidade e do interesse público.

2.3 Com esta aquisição, a Administração atingirá o objetivo desejado, que é a oferta de um atendimento de qualidade e eficiência junto aos munícipes, sem perder o horizonte da economicidade, selecionando propostas aptas para atingir o resultado desejado

3 DOS CRITÉRIOS DE FATURA E PAGAMENTO.

3.1 As faturas serão emitidas em reais.

3.2 Como condição de pagamento, a licitante deverá manter-se durante a execução do Contrato, Ata de Registro de Preços ou qualquer outro documento hábil todas as condições de habilitação apresentadas no certame.

3.3 Os pagamentos à licitante somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos produtos nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pelo fiscal do Contrato ou órgão requisitante.

3.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela licitante em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

3.5 Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, será a mesma devolvida a licitante para que sejam feitas as correções necessárias, sendo estipulado o prazo de 20 dias contado a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício, para efeito de pagamento.

3.6 O pagamento devido pelo município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela licitante ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

3.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da licitante sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato, Ata de Registro de Preços ou equivalente.

3.8 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a licitante dará ao município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

4 DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1 O fornecimento se dará de forma eventual e fracionada, sem o compromisso obrigatório entre as partes nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.2 O local de entrega dos produtos será a Rua Altivo Marçal do Carmo nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, mediante envio da Ordem de Fornecimento na qual constarão todas as condições de entrega. O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva ordem. Todas as despesas inerentes ao fornecimento correrão por conta da empresa sem nenhum ônus ao município, sendo reservada ao município a prerrogativa de efetuar pedidos fracionados sem obrigatoriedade de quantitativos mínimos ou máximos.

4.3 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral dos materiais, incluindo todas as despesas relacionadas à produção, aquisição, embalagem, acondicionamento, transporte, carregamento, descarregamento, tributos e demais custos necessários à efetiva entrega dos produtos. Os materiais deverão ser transportados em condições adequadas de conservação, protegidos contra umidade, deformações, rasgos, amassamentos e quaisquer outros fatores que possam comprometer sua integridade física, apresentação ou utilização pedagógica.

4.4 O fornecimento deverá observar rigorosamente a composição dos kits e as características estabelecidas nas especificações técnicas, assegurando que os materiais destinados aos alunos e professores sejam entregues completos, sem ausência de volumes, componentes ou recursos integrantes de cada conjunto. Não serão admitidas substituições de títulos, edições, conteúdos ou componentes que representem alteração das características pedagógicas exigidas, salvo mediante avaliação e autorização expressa da Administração, quando legalmente admissível.

4.5 Os kits destinados aos alunos da Educação Infantil, nas faixas etárias de 4 e 5 anos, deverão ser fornecidos de acordo com a composição prevista para cada etapa, contemplando os volumes e demais materiais integrantes das respectivas coleções. Os produtos deverão apresentar conteúdo

pedagógico compatível com a faixa etária correspondente, organização adequada das atividades e condições de utilização que favoreçam o desenvolvimento das experiências de aprendizagem previstas na BNCC.

4.6 Os materiais destinados aos professores da Educação Infantil deverão corresponder às coleções fornecidas aos alunos, assegurando compatibilidade entre as atividades propostas e as orientações metodológicas disponibilizadas. Os kits docentes deverão conter os recursos previstos nas especificações, incluindo orientações pedagógicas, fundamentação teórica e demais instrumentos de apoio ao planejamento e à execução das atividades, de modo a permitir sua utilização integrada ao material dos estudantes.

4.7 Quanto aos materiais destinados ao Ensino Fundamental, o fornecimento deverá contemplar os livros dos alunos do 1º ao 5º ano, observando a organização dos conteúdos por ano de escolaridade e sua correspondência com as competências e habilidades estabelecidas pelo Complemento à BNCC referente à Computação. Os materiais deverão apresentar atividades compatíveis com a progressão pedagógica prevista para cada etapa, abrangendo os eixos de Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

4.8 Os livros destinados aos professores do Ensino Fundamental deverão apresentar correspondência com os materiais dos respectivos anos escolares, incluindo as orientações didáticas, propostas metodológicas, objetivos de aprendizagem e demais recursos pedagógicos previstos nas especificações. A compatibilidade entre os materiais dos alunos e dos professores constitui condição necessária para sua utilização adequada, permitindo que os docentes acompanhem as atividades e desenvolvam as estratégias de ensino propostas.

4.9 Todos os materiais deverão ser novos, sem utilização anterior, apresentar impressão legível, acabamento adequado, encadernação resistente e condições físicas compatíveis com o uso escolar. As páginas deverão estar completas, corretamente organizadas e livres de falhas de impressão, manchas, cortes irregulares, desprendimento de folhas ou quaisquer defeitos que comprometam a leitura, a compreensão das atividades ou a durabilidade dos produtos.

4.10 A contratada deverá assegurar que os conteúdos, as ilustrações, as atividades e os demais elementos integrantes dos materiais correspondam às características estabelecidas na contratação. A apresentação gráfica deverá permitir a adequada visualização dos textos e exercícios, considerando as particularidades dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente quanto à clareza das informações e à organização das propostas pedagógicas.

4.11 Os materiais deverão ser acondicionados de maneira organizada, preferencialmente separados por item, faixa etária e ano de escolaridade, com identificação que permita a conferência dos quantitativos e a posterior distribuição às unidades escolares. Essa organização deverá facilitar o recebimento pela Administração Municipal, evitando a mistura de produtos destinados a diferentes etapas de ensino e reduzindo a possibilidade de erros na separação e no encaminhamento dos materiais.

4.12 A entrega deverá observar os quantitativos definidos para cada item da relação de materiais, não sendo admitido o fornecimento de quantidades inferiores às autorizadas ou a substituição de kits completos por componentes isolados. A contratada deverá verificar previamente a disponibilidade dos produtos, assegurando condições para o cumprimento das obrigações assumidas e para a entrega dentro do prazo contratualmente estabelecido.

4.13 Quando as especificações contemplarem recursos pedagógicos complementares, materiais de apoio ou funcionalidades digitais integrantes dos kits, a contratada deverá disponibilizá-los nas condições previstas, assegurando sua correspondência com os materiais físicos fornecidos. Eventuais recursos digitais exigidos deverão ser acompanhados das informações necessárias ao acesso e à utilização, respeitados os requisitos técnicos estabelecidos pela Administração.

4.14 A entrega dos materiais deverá ser acompanhada da respectiva documentação fiscal, contendo a identificação dos produtos, os quantitativos fornecidos e as demais informações necessárias à conferência. A Administração poderá solicitar documentação complementar destinada à comprovação

das características dos materiais, desde que relacionada às exigências estabelecidas no instrumento convocatório e necessária à verificação da conformidade do fornecimento.

4.15 O recebimento inicial será realizado por servidor designado pela Administração Municipal, mediante conferência dos volumes entregues, verificação das condições físicas dos produtos e comparação dos quantitativos com a autorização de fornecimento. Essa etapa não implicará aceitação definitiva dos materiais, permanecendo sujeita à análise das características técnicas e pedagógicas exigidas.

4.16 A conferência deverá contemplar a composição dos kits, a identificação dos materiais destinados aos alunos e professores, a correspondência entre as coleções e os anos escolares, a integridade das publicações e a presença dos componentes previstos nas especificações. Quando necessário, a Secretaria Municipal de Educação poderá contar com o apoio de profissionais da área pedagógica para verificar a compatibilidade dos materiais entregues com as exigências da contratação.

4.17 Constatada a existência de materiais incompletos, danificados, com defeitos de impressão, divergências de conteúdo ou características incompatíveis com as especificações estabelecidas, a contratada deverá providenciar a substituição ou regularização dos produtos, sem qualquer ônus adicional para o Município, no prazo definido pela Administração. A substituição deverá preservar integralmente as condições técnicas e pedagógicas exigidas, não sendo admitida a entrega de produtos inferiores aos originalmente contratados.

4.18 A responsabilidade da contratada compreenderá a qualidade e a integridade dos materiais até sua efetiva entrega e aceitação pela Administração, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis. Eventuais danos decorrentes de acondicionamento inadequado, transporte ou manuseio durante a entrega deverão ser corrigidos pela empresa fornecedora, mediante substituição dos produtos comprometidos.

4.19 Após o recebimento definitivo, a Secretaria Municipal de Educação ficará responsável pela organização e distribuição dos materiais às unidades escolares, observando as necessidades identificadas para cada faixa etária, turma e ano de escolaridade. A distribuição deverá considerar os quantitativos destinados aos alunos e professores, buscando assegurar que os recursos sejam disponibilizados de maneira organizada e compatível com o planejamento pedagógico da rede municipal.

4.20 A utilização dos materiais nas atividades escolares será realizada pelos profissionais da educação, observando as diretrizes curriculares, os planejamentos pedagógicos e as particularidades das turmas. Os recursos deverão ser empregados como instrumentos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, preservando a autonomia docente para organizar atividades, adaptar estratégias e desenvolver intervenções pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes.

4.21 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas, registrar eventuais irregularidades e solicitar as providências necessárias à sua correção. A fiscalização deverá observar especialmente a conformidade dos produtos, a integralidade dos kits, os quantitativos entregues e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

4.22 O pagamento ficará condicionado à efetiva entrega dos materiais, à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais e à regular liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação fiscal pertinente. Não deverão ser considerados integralmente executados os fornecimentos que apresentem pendências de quantitativos, ausência de componentes ou desconformidades que impeçam a aceitação dos produtos.

4.23 A forma de fornecimento estabelecida busca assegurar que os materiais didáticos e pedagógicos sejam disponibilizados em condições adequadas de qualidade, integridade e utilização, permitindo sua incorporação ao planejamento educacional da rede municipal. O cumprimento dessas condições deverá contribuir para a organização das atividades escolares, o aproveitamento dos recursos adquiridos e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental no Município de Santa Rita de Minas/MG.

4.24 A licitante se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo município, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

4.25 O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da licitante para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados etc.

4.26 O Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento equivalente, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da licitante com terceiros, sem autorização prévia do município por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive extinção contratual.

4.26.1 É facultada a subcontratação parcial do objeto mediante requerimento pela licitante e autorização do órgão licitante de modo a atender às diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006.

4.27 Os produtos entregues deverão ter garantia de 01 (um) ano a contar do recebimento contra defeitos de fabricação, ou vícios que contiverem mesmo que estejam ocultos.

5 DA GARANTIA DO CONTRATO.

5.1 A Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG, reserva-se o direito de exigir do licitante adjudicado a prestação da garantia de execução de Contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, quando analisará os critérios de razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e segurança jurídica, apresentando as devidas motivações.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

6.1 Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos que será de no mínimo um ano ou 80% de seu período de validade, quando for o caso.

6.2 Entregar os produtos objeto deste Edital dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

6.3 Executar o Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.

6.4 Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Edital sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive extinção contratual.

6.5 Fornecer produtos que satisfaçam rigorosamente as especificações constantes deste Edital, as normas da ANP e dos fabricantes, e as normas nacionais e internacionais consagradas, na falta de regulamentação da ANP.

6.6 Cumprir os prazos previstos no Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil que venham a ser fixados pelo município.

6.7 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto durante toda a sua vigência, no prazo máximo de 48 horas a contar da notificação, a pedido do município.

6.8 Manter-se, durante toda a vigência do Contrato Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao município, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento.

6.9 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Contrato, ata de registro de preço e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria na execução e nos resultados obtidos, preservando o município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

6.10 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pela legislação aplicável, em especial:

6.10.1 Economia no consumo de água e energia;

6.10.2 Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
6.10.3 Redução da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa;
6.10.4 Utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;
6.10.5 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
6.10.6 Fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias;
6.10.7 Utilização de produtos com baixo consumo energético e baixa emissão de ruído;
6.10.8 Observação das normas do INMETRO, quando for o caso e houver regulamentação da matéria.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Notificar a licitante sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.
7.2 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.
7.3 Emitir, por meio do setor de compras o correspondente pedido de compra.
7.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da licitante, em relação aos produtos, objeto do processo.
7.5 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, por meio do fiscal de Contrato legalmente constituído.
7.6 Efetuar os pagamentos devidos à licitante nas condições estabelecidas.
7.7 Fiscalizar a execução do Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da licitante pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
7.8 Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.
7.9 Recusar qualquer produto, quando for o caso que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções à custa da licitante.
7.10 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos.
7.11 Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, Ata de Registro de Preços, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.
7.12 Efetuar o recebimento definitivo do objeto por meio do departamento de compras.
7.13 Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.
7.14 É vedada à Administração constituir exigências ou intervir na gestão interna do Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil de modo a caracterizar interferência indevida, desarrazoada e incompatível com as regras de contratações públicas.

8 DAS DEMAIS CONDIÇÕES.

8.1 O Município reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Edital ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, assim como aplicar o disposto no artigo 75 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.
8.2 Qualquer tolerância por parte do município, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela licitante, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
8.3 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da licitante designadas para a execução do objeto contratado, sendo a licitante a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos

na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

8.4 A licitante por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao município seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

8.5 A licitante guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo município ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

8.6 A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, elaboração do Contrato ou Ata de Registro de Preços, obedecendo para tanto as normas contidas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas.
A/C Pregoeiro
Referência: Pregão Eletrônico nº 026/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF n º _____, DECLARA, para fins do disposto na legislação vigente, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

( ) MICROEMPRESA INDIVIDUAL;

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

Declara, sob as penalidades legais, que não celebrou contratos com a administração pública, cujos valores somados não extrapolaram a receita bruta máxima admitida para efeito de enquadramento.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando, portanto, apta a gozar dos benefícios legais vigentes.

Local e Data, _____ _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do representante legal da Licitante

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

ANEXO III – DECLARAÇÕES CONJUNTAS

À Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas.
A/C Pregoeiro
Referência: Pregão Eletrônico nº 026/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ N.º _____, participante no processo licitatório epigrafado, por meio de seu representante legal, vem perante Vossa Senhoria declarar que:

a) Cumpre a obrigatoriedade de reserva para cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991.
b) A proposta foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro potencial participante nesta licitação;
c) Não discutiu ou obteve qualquer informação privilegiada perante servidores ou autoridades da entidade promotora desta licitação;
d) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro potencial participante quanto a participar ou não nesta licitação;
e) Sua proposta é exequível para cumprir com o compromisso ou Contrato futuro, estando nela inclusas todas as despesas diretas e indiretas para sua plena execução, e ainda custos como: impostos de qualquer natureza, taxas, transportes, garantias, deslocamentos e outros;
f) Os preços oferecidos pela empresa no presente certame são compatíveis em comparação com preços já praticados pela empresa em objetos similares.
g) Confirma sua capacidade técnica profissional e operacional em cumprir com o referido Contrato, em caso de homologação da proposta, em acordo com o estabelecido nas disposições legais pertinentes.
h) Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
i) Que não se enquadra em nenhuma das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
j) Que está ciente de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, constitui o crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei nº 14.133, de 2021;
k) Tem conhecimento de todas as exigências relacionadas à execução do compromisso objeto do referido pregão, que conhece as condições locais para execução do objeto, e que tem plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o município.
l) Que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

Local e Data, _____ _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do representante legal da Licitante

ANEXO IV – PROPOSTA COMERCIAL – RELAÇÃO DOS ITENS

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	Marca do produto	V. UNIT.	V. TOTAL
1	1	UNID.	Estação Didática Móvel de Matemática – Educação Infantil – Creche 2 anos: 08 livros paradidáticos ilustrados; 74 jogos e brinquedos educativos em 16 tipologias; 02 Livros do Professor com 08 orientações de vivências; 02 Livros do Professor com 08 sequências didáticas estruturadas; estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte.			
2	1	UNID.	Estação Didática Móvel de Matemática – Educação Infantil – Creche 3 anos: 08 livros paradidáticos ilustrados; 80 jogos e brinquedos educativos em 16 tipologias; 02 Livros do Professor com 08 orientações de vivências; 02 Livros do Professor com 08 sequências didáticas estruturadas; estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte.			
3	1	UNID.	Estação Didática Móvel de Matemática – Educação Infantil – Pré-Escola 4 anos: 08 livros paradidáticos ilustrados; 64 jogos e brinquedos educativos em 16 tipologias; 02 Livros do Professor com 08 orientações de vivências; 02 Livros do Professor com 08 sequências didáticas estruturadas; estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte.			
4	1	UNID.	Estação Didática Móvel de Matemática – Educação Infantil – Pré-Escola 5 anos: 08 livros paradidáticos ilustrados; 64 jogos e brinquedos educativos em 16 tipologias; 02 Livros do Professor com 08 orientações de vivências; 02 Livros do Professor com 08 sequências didáticas estruturadas; estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte.			

ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE MINAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

1. DAS PARTES.

1.1 Aos _____ dias do mês de _____ de 2026, MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS, MG, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ 66.229.584/ 1-80, com sede administrativa na Rua Altivo Marçal do Carmo, nº 75, Bairro Industrial, Santa Rita de Minas/MG, neste ato representado pela Sr. Prefeita, Zânia Faria Silva, portadora do CPF XXXXXXXXXXXXX, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do fornecedor _____, vencedor do Pregão Eletrônico 026/2026, sob o regime de compras pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS "SRP"**, observadas as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/21, mediante condições a seguir estabelecidas, que mutuamente aceitam e concordam.

2. DO OBJETO.

2.1 A presente ata tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de e Estações Didáticas Móveis de Matemática, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas conjuntos de materiais pedagógicos estruturados para a Educação Infantil e de Pré-Escola, de modo a contribuir para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na rede municipal de educação conforme solicitação.

2.2 A partir desta data, ficam registrados, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor _____ nos itens _____ pelo preço global de R$ _____.

3. DA AGREGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO.

3.1 Independente de transcrição, fica fazendo parte desta ata todo o processo licitatório que lhe deu causa.

3.2 Nos termos do inciso XLVI do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21 Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas.

4. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO.

4.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG, mediante emissão da respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou Contrato conforme o caso, observadas as disposições legais.

4.2 O compromisso de execução só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

4.3 Somente quando a primeira registrada atingir o limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços é que será indicado o segundo, e assim sucessivamente, podendo ser indicado mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade da registrada.

4.3.1 Entretanto, o segundo, o terceiro e os sucessivos na ordem de classificação, somente poderão fornecer ao município se praticarem no ato da intimação os preços do primeiro colocado.

4.3.2 A condição prevista no item 4.3 somente será efetivada caso a Administração entenda que a demanda deva abranger mais de um fornecedor, quando pela característica do objeto assim couber.

5. DO RECEBIMENTO

5.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente e de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da notificação da compromissária fornecedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversada execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto entregue nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

6. DA ASSINATURA DO CONTRATO.

6.1 A critério exclusivo da Administração municipal, poderá ser dispensada a elaboração do Instrumento de Contrato, conforme o caso, no caso de produtos sem garantia futura, inclusive assistência técnica nos termos do *caput* do art. 95 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2 Neste caso, a Administração deverá substituí-lo por Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento, Autorização de Compras ou outro instrumento hábil, aplicando-lhes, no que couber, as normas previstas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

7. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS.

7.1 A Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas MG adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

7.2 Competirá à Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas MG, por meio de preposto designado, o acompanhamento, controle, fiscalização e realização dos serviços podendo aceitar ou recusar os que estiverem em desacordo com as regras impostas por esta Ata de Registro de Preços, edital, Termo de Referência, ou ainda pela legislação.

8. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

8.1 A qualquer tempo, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo à Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, através dos órgãos envolvidos, convocar o fornecedor registrado para negociar os novos valores.

8.2 Caso o compromissário fornecedor se recuse a baixar os preços registrados, o órgão gerenciador poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

8.3 Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, salvo nos casos de aplicação de normas legais à matéria.

8.4 O diferencial de preços entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de preços efetuada pela Prefeitura à época da abertura da proposta, bem como, eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos, inclusive na hipótese de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços

9. DO REAJUSTE.

9.1 O Município e a empresa registrada poderão restabelecer o reajuste do compromisso, nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21, precedida de cálculo e demonstração analítica devidamente fundamentados, do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

9.2 Os preços poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação anual do IPCA, contado a partir da composição do orçamento estimado para contratação.

9.3 Excepcionalmente, quando não for possível o reequilíbrio do Contrato através do índice descrito no item anterior, a comprovação de perdas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DOS PREÇOS.

10.1 O fornecedor registrado terá seu registro cancelado pela autoridade competente quando:

10.1.1 Descumprir as condições estipuladas na Ata de Registro de Preços;

10.1.2 Não receber a Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3 Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem inconvenientes para a Administração ou superiores ao praticado no mercado;

10.1.4 Houver razões de interesse público devidamente motivadas pela autoridade competente.

10.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

10.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, desde que comprovados e aceitos pela Administração.

11. DA EXECUÇÃO.

11.1 O fornecimento se dará de forma eventual e fracionada, sem o compromisso obrigatório entre as partes nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O local de entrega dos produtos será a Rua Altivo Marçal do Carmo nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, mediante envio da Ordem de Fornecimento na qual constarão todas as condições de entrega. O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva ordem. Todas as despesas inerentes ao fornecimento correrão por conta da empresa sem nenhum ônus ao município, sendo reservada ao município a prerrogativa de efetuar pedidos fracionados sem obrigatoriedade de quantitativos mínimos ou máximos.

11.3 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral dos materiais, incluindo todas as despesas relacionadas à produção, aquisição, embalagem, acondicionamento, transporte, carregamento, descarregamento, tributos e demais custos necessários à efetiva entrega dos produtos. Os materiais deverão ser transportados em condições adequadas de conservação, protegidos contra umidade, deformações, rasgos, amassamentos e quaisquer outros fatores que possam comprometer sua integridade física, apresentação ou utilização pedagógica.

11.4 O fornecimento deverá observar rigorosamente a composição dos kits e as características estabelecidas nas especificações técnicas, assegurando que os materiais destinados aos alunos e

professores sejam entregues completos, sem ausência de volumes, componentes ou recursos integrantes de cada conjunto. Não serão admitidas substituições de títulos, edições, conteúdos ou componentes que representem alteração das características pedagógicas exigidas, salvo mediante avaliação e autorização expressa da Administração, quando legalmente admissível.

11.5 Os kits destinados aos alunos da Educação Infantil, nas faixas etárias de 4 e 5 anos, deverão ser fornecidos de acordo com a composição prevista para cada etapa, contemplando os volumes e demais materiais integrantes das respectivas coleções. Os produtos deverão apresentar conteúdo pedagógico compatível com a faixa etária correspondente, organização adequada das atividades e condições de utilização que favoreçam o desenvolvimento das experiências de aprendizagem previstas na BNCC.

11.6 Os materiais destinados aos professores da Educação Infantil deverão corresponder às coleções fornecidas aos alunos, assegurando compatibilidade entre as atividades propostas e as orientações metodológicas disponibilizadas. Os kits docentes deverão conter os recursos previstos nas especificações, incluindo orientações pedagógicas, fundamentação teórica e demais instrumentos de apoio ao planejamento e à execução das atividades, de modo a permitir sua utilização integrada ao material dos estudantes.

11.7 Quanto aos materiais destinados ao Ensino Fundamental, o fornecimento deverá contemplar os livros dos alunos do 1º ao 5º ano, observando a organização dos conteúdos por ano de escolaridade e sua correspondência com as competências e habilidades estabelecidas pelo Complemento à BNCC referente à Computação. Os materiais deverão apresentar atividades compatíveis com a progressão pedagógica prevista para cada etapa, abrangendo os eixos de Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

11.8 Os livros destinados aos professores do Ensino Fundamental deverão apresentar correspondência com os materiais dos respectivos anos escolares, incluindo as orientações didáticas, propostas metodológicas, objetivos de aprendizagem e demais recursos pedagógicos previstos nas especificações. A compatibilidade entre os materiais dos alunos e dos professores constitui condição necessária para sua utilização adequada, permitindo que os docentes acompanhem as atividades e desenvolvam as estratégias de ensino propostas.

11.9 Todos os materiais deverão ser novos, sem utilização anterior, apresentar impressão legível, acabamento adequado, encadernação resistente e condições físicas compatíveis com o uso escolar. As páginas deverão estar completas, corretamente organizadas e livres de falhas de impressão, manchas, cortes irregulares, desprendimento de folhas ou quaisquer defeitos que comprometam a leitura, a compreensão das atividades ou a durabilidade dos produtos.

11.10 A contratada deverá assegurar que os conteúdos, as ilustrações, as atividades e os demais elementos integrantes dos materiais correspondam às características estabelecidas na contratação. A apresentação gráfica deverá permitir a adequada visualização dos textos e exercícios, considerando as particularidades dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente quanto à clareza das informações e à organização das propostas pedagógicas.

11.11 Os materiais deverão ser acondicionados de maneira organizada, preferencialmente separados por item, faixa etária e ano de escolaridade, com identificação que permita a conferência dos quantitativos e a posterior distribuição às unidades escolares. Essa organização deverá facilitar o recebimento pela Administração Municipal, evitando a mistura de produtos destinados a diferentes etapas de ensino e reduzindo a possibilidade de erros na separação e no encaminhamento dos materiais.

11.12 A entrega deverá observar os quantitativos definidos para cada item da relação de materiais, não sendo admitido o fornecimento de quantidades inferiores às autorizadas ou a substituição de kits completos por componentes isolados. A contratada deverá verificar previamente a disponibilidade dos produtos, assegurando condições para o cumprimento das obrigações assumidas e para a entrega dentro do prazo contratualmente estabelecido.

11.13 Quando as especificações contemplarem recursos pedagógicos complementares, materiais de apoio ou funcionalidades digitais integrantes dos kits, a contratada deverá disponibilizá-los nas

condições previstas, assegurando sua correspondência com os materiais físicos fornecidos. Eventuais recursos digitais exigidos deverão ser acompanhados das informações necessárias ao acesso e à utilização, respeitados os requisitos técnicos estabelecidos pela Administração.

11.14 A entrega dos materiais deverá ser acompanhada da respectiva documentação fiscal, contendo a identificação dos produtos, os quantitativos fornecidos e as demais informações necessárias à conferência. A Administração poderá solicitar documentação complementar destinada à comprovação das características dos materiais, desde que relacionada às exigências estabelecidas no instrumento convocatório e necessária à verificação da conformidade do fornecimento.

11.15 O recebimento inicial será realizado por servidor designado pela Administração Municipal, mediante conferência dos volumes entregues, verificação das condições físicas dos produtos e comparação dos quantitativos com a autorização de fornecimento. Essa etapa não implicará aceitação definitiva dos materiais, permanecendo sujeita à análise das características técnicas e pedagógicas exigidas.

11.16 A conferência deverá contemplar a composição dos kits, a identificação dos materiais destinados aos alunos e professores, a correspondência entre as coleções e os anos escolares, a integridade das publicações e a presença dos componentes previstos nas especificações. Quando necessário, a Secretaria Municipal de Educação poderá contar com o apoio de profissionais da área pedagógica para verificar a compatibilidade dos materiais entregues com as exigências da contratação.

11.17 Constatada a existência de materiais incompletos, danificados, com defeitos de impressão, divergências de conteúdo ou características incompatíveis com as especificações estabelecidas, a contratada deverá providenciar a substituição ou regularização dos produtos, sem qualquer ônus adicional para o Município, no prazo definido pela Administração. A substituição deverá preservar integralmente as condições técnicas e pedagógicas exigidas, não sendo admitida a entrega de produtos inferiores aos originalmente contratados.

11.18 A responsabilidade da contratada compreenderá a qualidade e a integridade dos materiais até sua efetiva entrega e aceitação pela Administração, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis. Eventuais danos decorrentes de acondicionamento inadequado, transporte ou manuseio durante a entrega deverão ser corrigidos pela empresa fornecedora, mediante substituição dos produtos comprometidos.

11.19 Após o recebimento definitivo, a Secretaria Municipal de Educação ficará responsável pela organização e distribuição dos materiais às unidades escolares, observando as necessidades identificadas para cada faixa etária, turma e ano de escolaridade. A distribuição deverá considerar os quantitativos destinados aos alunos e professores, buscando assegurar que os recursos sejam disponibilizados de maneira organizada e compatível com o planejamento pedagógico da rede municipal.

11.20 A utilização dos materiais nas atividades escolares será realizada pelos profissionais da educação, observando as diretrizes curriculares, os planejamentos pedagógicos e as particularidades das turmas. Os recursos deverão ser empregados como instrumentos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, preservando a autonomia docente para organizar atividades, adaptar estratégias e desenvolver intervenções pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes.

11.21 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas, registrar eventuais irregularidades e solicitar as providências necessárias à sua correção. A fiscalização deverá observar especialmente a conformidade dos produtos, a integralidade dos kits, os quantitativos entregues e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

11.22 O pagamento ficará condicionado à efetiva entrega dos materiais, à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais e à regular liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação fiscal pertinente. Não deverão ser considerados integralmente executados os fornecimentos que apresentem pendências de quantitativos, ausência de componentes ou desconformidades que impeçam a aceitação dos produtos.

11.23 A forma de fornecimento estabelecida busca assegurar que os materiais didáticos e pedagógicos sejam disponibilizados em condições adequadas de qualidade, integridade e utilização, permitindo sua incorporação ao planejamento educacional da rede municipal. O cumprimento dessas condições deverá contribuir para a organização das atividades escolares, o aproveitamento dos recursos adquiridos e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental no Município de Santa Rita de Minas/MG.
11.24 A fornecedora se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo município, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.
11.25 Caberá ao município rejeitar total ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com as condições do Edital e do Termo de Referência.
11.26 As execuções deverão observar as especificações deste instrumento e as disposições constantes do código de defesa do consumidor Lei Federal n° 8.078/90, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas em Lei especial, quando for o caso.
11.27 O município comunicará à fornecedora por escrito as deficiências porventura verificadas nas execuções, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.
11.28 A presença da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa registrada quanto ao compromisso assumido.

12. DO PAGAMENTO.

12.1 As faturas serão emitidas em reais.
12.2 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG de acordo com a efetiva execução por parte da fornecedora, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.
12.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela fornecedora.
12.2.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
12.3 Para efeito de pagamento serão observados os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à fornecedora.
12.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela licitante em inteira conformidade com as exigências legais e compromissais, especialmente as de natureza fiscal.
12.5 Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à fornecedora para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 11.2 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
12.6 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da empresa registrada sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto da Ata de Registro de Preços.
12.7 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a licitante dará ao município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

13. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses a contar de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, podendo ser prorrogada por igual período, desde que mantidas as condições favoráveis à Administração.

14. DOS SETORES ADMINISTRATIVOS.

14.1 Independente de manifestação, todos os setores administrativos da Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com suas necessidades, mediante apostilamento para adequação da despesa.

15. DA PUBLICIDADE.

15.1 Será dada publicidade ao compromisso na melhor forma de direito sendo realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de transparência do órgão ora gerenciador, como condição indispensável para sua eficácia, para conhecimento da sociedade, em atendimento aos princípios constitucionais da eficiência, moralidade, transparência, segurança jurídica e outros.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1 Conforme justificado pelo Departamento de Contabilidade, desnecessária se faz a indicação específica de dotação orçamentária, considerando que não existe o compromisso de despesas, e sim um cadastro de produtos para possíveis aquisições. Entretanto, quando da Emissão da Nota de Empenho, assinatura do Contrato ou qualquer outro documento hábil, contraindo-se a despesa, deverá o ordenador indicar os créditos orçamentários para suportar as despesas, conforme disposto na Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2 .

16.2 Caso ocorra aumento da despesa ou esta não estiver enquadrada na Lei Orçamentária Anual (LOA), deverá o ordenador se atentar às regras consignadas na Lei Federal n.º 4.320/64, bem como às normas contidas nos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2 .

17. DA SUBMISSÃO AOS PRECEITOS LEGAIS

17.1 Trata-se de despesa enquadrada em Registro de Preços nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2 Os casos omissos serão resolvidos pelas partes à luz da lei de licitações, aplicando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, segurança jurídica dentre outros consagrados e essenciais à materialidade causadora da omissão.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO.

18.1 Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto desta Ata a terceiros, devendo a registrada fornecer o objeto eventualmente solicitados às suas expensas sem nenhum custo ao município.

18.2 É permitida a subcontratação do objeto mediante prévia comunicação ao órgão gerenciador e sua efetiva anuência nos casos direcionados a cumprir os requisitos do inciso II do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

19. DA SUBMISSÃO AOS PREÇOS REGISTRADOS.

19.1 O município de Santa Rita de Minas poderá adquirir de outro fornecedor o objeto deste registro, sendo facultada à Administração a adoção de licitação específica, desde que motivada, conforme preceitua o art. 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

20. DOS SETORES ADMINISTRATIVOS E CARONA.

20.1 É concedida mediante formalização e dentro das normas legais locais a concessão de carona a órgão não participante do processo licitatório na presente ata nos termos do § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21.

20.2 É permitida aos demais órgãos e entidades administrativas do município de Santa Rita de Minas, interessadas em utilizar o presente Registro de Preços na condição de carona, desde que se cumpra na fase preparatória do certame as condições previstas no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21.

20.3 O Departamento de Compras do Município de Santa Rita de Minas será o órgão responsável pelos atos de controle e Administração da Ata de Registro de Preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos, respeitando-se a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

21. DAS SANÇÕES.

21.1 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento assumidos:

21.1.1 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação assumida ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor de cada ordem de fornecimento não atendida;

21.1.2 Até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado e juros de 1% (um por cento) ao mês, incididos sobre o valor da multa, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento objeto de não cumprimento de obrigação legal, com a possível extinção do compromisso;

21.1.3 Até 30% (trinta por cento) sobre o valor do registro, na hipótese da compromissária fornecedora, injustificadamente, desistir do compromisso ou der causa a sua extinção, bem como nos demais casos de descumprimento das obrigações, quando o município em face da gravidade analisará os critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

21.2 O valor das multas aplicadas, poderá ser descontado de pagamentos devidos pelo município.

21.3 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

21.4 A compromissária fornecedora deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, falhando ou fraudando no fornecimento, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 06 (seis) anos, sem prejuízo de multas previstas neste documento e demais cominações legais.

21.5 Em todas as situações que couberem as sanções administrativas, será observado o regramento previsto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo assegurado ao sancionado o direito ao contraditório e ampla defesa nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/21

22. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

22.1 O Registro poderá ser rescindido:

22.1.1 Por ato unilateral e escrito do município nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

22.1.2 Por acordo entre as partes, reduzido a termo conforme inciso II do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21.

22.1.3 Por determinação arbitral ou por decisão judicial na forma legal, diante do disposto no inciso III do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21;

22.2 Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, inclusive com vistas franqueadas ao interessado sobre assuntos de sua demanda.

23. DA FISCALIZAÇÃO.

23.1 A fiscalização do compromisso compete aos órgãos requisitantes que, na qualidade de fiscais técnicos, serão responsáveis por aferir as condições de entrega e fornecimento.

23.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do compromisso, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

23.3 As comunicações entre o município e a fornecedora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

23.4 Após a assinatura do compromisso o município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da fornecedora, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

23.5 O fiscal técnico do compromisso acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições aqui estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

23.6 Serão anotadas no histórico de gerenciamento do compromisso todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

23.7 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade serão emitidas notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção;

23.8 O fiscal informará ao gestor da Administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

23.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a entrega ou fornecimento nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao seu gestor para adoção das medidas cabíveis.

23.10 O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação pertinente.

23.11 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da compromissária, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso seja necessário.

23.12 Caso ocorra descumprimento das obrigações assumidas, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

23.13 O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do compromisso contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

23.14 O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

23.15 O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo fornecedor, com menção ao seu desempenho, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto o cumprimento ou descumprimento das obrigações.

23.16 O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21.

23.17 O gestor elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

24. DA RESERVA DE VAGAS DEFICIENTES.

24.1 A compromissária fornecedora assume perante a Administração o compromisso de cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com

deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/21.

25. DO FORO.

25.1 Fica eleito o foro da Comarca de Caratinga, MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes desta ata, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Santa Rita de Minas, MG _____ de _____ de 2026.

_____
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS
ÓRGÃO GERENCIADOR

_____
EMPRESA REGISTRADA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026.
PROCESSO Nº 063/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2026.

1. DAS PARTES.

1.1 MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS, MG, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ 66.229.584/ 1-80, com sede administrativa na Rua Altivo Marçal do Carmo, nº 75, Bairro Industrial, Santa Rita de Minas/MG, neste ato representado pela Sr. Prefeita, Zânia Faria Silva, portadora do CPF XXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ _____, neste ato representada pelo(a) senhor (a) _____, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), portador(a) do CPF _____ ID _____, residente e domiciliado, _____ na _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, oriundo do Pregão Eletrônico nº 026/2026, submetendo-se as partes às disposições da Lei Federal n.º 14.133/21, legislação complementar em vigor e ainda mediante cláusulas e condições abaixo estabelecidas, que mutuamente aceitam e outorgam para serem fielmente cumpridas na forma como se segue:

2. DO OBJETO.

2.1 O presente instrumento tem por objetivo a aquisição de e Estações Didáticas Móveis de Matemática, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas conjuntos de materiais pedagógicos estruturados para a Educação Infantil e de Pré-Escola, de modo a contribuir para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na rede municipal de educação, conforme solicitação.

3. DA VINCULAÇÃO.

3.1 Independente de transcrição é parte integrante e complementar deste contrato, todo o procedimento licitatório que lhe deu causa, inclusive a Ata de Registro de Preços e a proposta comercial aceita pela autoridade julgadora.

3.2 A CONTRATADA se compromete a manter junto à Prefeitura de Santa Rita de Minas, todas as condições de habilitação apresentadas, na forma do Inciso XVI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

4. DA VIGÊNCIA.

4.1 O presente Contrato terá sua vigência válida pelo período compreendido entre ____ de _____ de _____ e terminando em ____ de _____ de _____.

5. DO FORNECIMENTO.

5.1 O local de entrega dos produtos será a Rua Altivo Marçal do Carmo nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, mediante envio da Ordem de Fornecimento na qual constarão todas as condições de entrega. O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva ordem. Todas as despesas inerentes ao fornecimento correrão por conta da empresa sem nenhum ônus ao município, sendo reservada ao município a prerrogativa de efetuar pedidos fracionados sem obrigatoriedade de quantitativos mínimos ou máximos.

5.2 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral dos materiais, incluindo todas as despesas relacionadas à produção, aquisição, embalagem, acondicionamento, transporte, carregamento, descarregamento, tributos e demais custos necessários à efetiva entrega dos produtos. Os materiais deverão ser transportados em condições adequadas de conservação, protegidos contra

umidade, deformações, rasgos, amassamentos e quaisquer outros fatores que possam comprometer sua integridade física, apresentação ou utilização pedagógica.

5.3 O fornecimento deverá observar rigorosamente a composição dos kits e as características estabelecidas nas especificações técnicas, assegurando que os materiais destinados aos alunos e professores sejam entregues completos, sem ausência de volumes, componentes ou recursos integrantes de cada conjunto. Não serão admitidas substituições de títulos, edições, conteúdos ou componentes que representem alteração das características pedagógicas exigidas, salvo mediante avaliação e autorização expressa da Administração, quando legalmente admissível.

5.4 Os kits destinados aos alunos da Educação Infantil, nas faixas etárias de 4 e 5 anos, deverão ser fornecidos de acordo com a composição prevista para cada etapa, contemplando os volumes e demais materiais integrantes das respectivas coleções. Os produtos deverão apresentar conteúdo pedagógico compatível com a faixa etária correspondente, organização adequada das atividades e condições de utilização que favoreçam o desenvolvimento das experiências de aprendizagem previstas na BNCC.

5.5 Os materiais destinados aos professores da Educação Infantil deverão corresponder às coleções fornecidas aos alunos, assegurando compatibilidade entre as atividades propostas e as orientações metodológicas disponibilizadas. Os kits docentes deverão conter os recursos previstos nas especificações, incluindo orientações pedagógicas, fundamentação teórica e demais instrumentos de apoio ao planejamento e à execução das atividades, de modo a permitir sua utilização integrada ao material dos estudantes.

5.6 Quanto aos materiais destinados ao Ensino Fundamental, o fornecimento deverá contemplar os livros dos alunos do 1º ao 5º ano, observando a organização dos conteúdos por ano de escolaridade e sua correspondência com as competências e habilidades estabelecidas pelo Complemento à BNCC referente à Computação. Os materiais deverão apresentar atividades compatíveis com a progressão pedagógica prevista para cada etapa, abrangendo os eixos de Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

5.7 Os livros destinados aos professores do Ensino Fundamental deverão apresentar correspondência com os materiais dos respectivos anos escolares, incluindo as orientações didáticas, propostas metodológicas, objetivos de aprendizagem e demais recursos pedagógicos previstos nas especificações. A compatibilidade entre os materiais dos alunos e dos professores constitui condição necessária para sua utilização adequada, permitindo que os docentes acompanhem as atividades e desenvolvam as estratégias de ensino propostas.

5.8 Todos os materiais deverão ser novos, sem utilização anterior, apresentar impressão legível, acabamento adequado, encadernação resistente e condições físicas compatíveis com o uso escolar. As páginas deverão estar completas, corretamente organizadas e livres de falhas de impressão, manchas, cortes irregulares, desprendimento de folhas ou quaisquer defeitos que comprometam a leitura, a compreensão das atividades ou a durabilidade dos produtos.

5.9 A contratada deverá assegurar que os conteúdos, as ilustrações, as atividades e os demais elementos integrantes dos materiais correspondam às características estabelecidas na contratação. A apresentação gráfica deverá permitir a adequada visualização dos textos e exercícios, considerando as particularidades dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente quanto à clareza das informações e à organização das propostas pedagógicas.

5.10 Os materiais deverão ser acondicionados de maneira organizada, preferencialmente separados por item, faixa etária e ano de escolaridade, com identificação que permita a conferência dos quantitativos e a posterior distribuição às unidades escolares. Essa organização deverá facilitar o recebimento pela Administração Municipal, evitando a mistura de produtos destinados a diferentes etapas de ensino e reduzindo a possibilidade de erros na separação e no encaminhamento dos materiais.

5.11 A entrega deverá observar os quantitativos definidos para cada item da relação de materiais, não sendo admitido o fornecimento de quantidades inferiores às autorizadas ou a substituição de kits completos por componentes isolados. A contratada deverá verificar previamente a disponibilidade dos

produtos, assegurando condições para o cumprimento das obrigações assumidas e para a entrega dentro do prazo contratualmente estabelecido.

5.12 Quando as especificações contemplarem recursos pedagógicos complementares, materiais de apoio ou funcionalidades digitais integrantes dos kits, a contratada deverá disponibilizá-los nas condições previstas, assegurando sua correspondência com os materiais físicos fornecidos. Eventuais recursos digitais exigidos deverão ser acompanhados das informações necessárias ao acesso e à utilização, respeitados os requisitos técnicos estabelecidos pela Administração.

5.13 A entrega dos materiais deverá ser acompanhada da respectiva documentação fiscal, contendo a identificação dos produtos, os quantitativos fornecidos e as demais informações necessárias à conferência. A Administração poderá solicitar documentação complementar destinada à comprovação das características dos materiais, desde que relacionada às exigências estabelecidas no instrumento convocatório e necessária à verificação da conformidade do fornecimento.

5.14 O recebimento inicial será realizado por servidor designado pela Administração Municipal, mediante conferência dos volumes entregues, verificação das condições físicas dos produtos e comparação dos quantitativos com a autorização de fornecimento. Essa etapa não implicará aceitação definitiva dos materiais, permanecendo sujeita à análise das características técnicas e pedagógicas exigidas.

5.15 A conferência deverá contemplar a composição dos kits, a identificação dos materiais destinados aos alunos e professores, a correspondência entre as coleções e os anos escolares, a integridade das publicações e a presença dos componentes previstos nas especificações. Quando necessário, a Secretaria Municipal de Educação poderá contar com o apoio de profissionais da área pedagógica para verificar a compatibilidade dos materiais entregues com as exigências da contratação.

5.16 Constatada a existência de materiais incompletos, danificados, com defeitos de impressão, divergências de conteúdo ou características incompatíveis com as especificações estabelecidas, a contratada deverá providenciar a substituição ou regularização dos produtos, sem qualquer ônus adicional para o Município, no prazo definido pela Administração. A substituição deverá preservar integralmente as condições técnicas e pedagógicas exigidas, não sendo admitida a entrega de produtos inferiores aos originalmente contratados.

5.17 A responsabilidade da contratada compreenderá a qualidade e a integridade dos materiais até sua efetiva entrega e aceitação pela Administração, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis. Eventuais danos decorrentes de acondicionamento inadequado, transporte ou manuseio durante a entrega deverão ser corrigidos pela empresa fornecedora, mediante substituição dos produtos comprometidos.

5.18 Após o recebimento definitivo, a Secretaria Municipal de Educação ficará responsável pela organização e distribuição dos materiais às unidades escolares, observando as necessidades identificadas para cada faixa etária, turma e ano de escolaridade. A distribuição deverá considerar os quantitativos destinados aos alunos e professores, buscando assegurar que os recursos sejam disponibilizados de maneira organizada e compatível com o planejamento pedagógico da rede municipal.

5.19 A utilização dos materiais nas atividades escolares será realizada pelos profissionais da educação, observando as diretrizes curriculares, os planejamentos pedagógicos e as particularidades das turmas. Os recursos deverão ser empregados como instrumentos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, preservando a autonomia docente para organizar atividades, adaptar estratégias e desenvolver intervenções pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes.

5.20 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas, registrar eventuais irregularidades e solicitar as providências necessárias à sua correção. A fiscalização deverá observar especialmente a conformidade dos produtos, a integralidade dos kits, os quantitativos entregues e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

5.21 O pagamento ficará condicionado à efetiva entrega dos materiais, à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais e à regular liquidação da despesa, mediante apresentação da

documentação fiscal pertinente. Não deverão ser considerados integralmente executados os fornecimentos que apresentem pendências de quantitativos, ausência de componentes ou desconformidades que impeçam a aceitação dos produtos.

5.22 A forma de fornecimento estabelecida busca assegurar que os materiais didáticos e pedagógicos sejam disponibilizados em condições adequadas de qualidade, integridade e utilização, permitindo sua incorporação ao planejamento educacional da rede municipal. O cumprimento dessas condições deverá contribuir para a organização das atividades escolares, o aproveitamento dos recursos adquiridos e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental no Município de Santa Rita de Minas/MG.

5.23 A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo município, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

5.24 O presente contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação com terceiros, sem autorização prévia do município por escrito, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

5.24.1 É admitida a subcontratação do objeto contratual para cumprimento ao disposto no inciso II do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que haja prévia autorização da Administração.

6. DO RECEBIMENTO

6.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente e de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversada execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6 O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e qualidade dos produtos entregues nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

7. DO VALOR

7.1 O presente Contrato terá o valor global de R$ _____.

8. DO PAGAMENTO.

8.1 As faturas serão emitidas em reais.

8.2 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG de acordo com a efetiva execução por parte da CONTRATADA, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.

8.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5 Para efeito de pagamento serão observados os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à CONTRATADA.

8.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal.

8.7 Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 9.2 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

8.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da empresa registrada sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto contratual.

8.9 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 Os recursos orçamentários para o pagamento desta despesa correrão por conta das seguintes dotações: .....

10. DAS ALTERAÇÕES.

10.1 Este Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas unilateralmente pela Administração ou por comum acordo entre as partes nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21;

10.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar na mesma condição deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para o fornecimento até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21;

11. DO REAJUSTE.

11.1 O Município e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21, precedido de cálculo e demonstração analítica devidamente fundamentada do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral

11.2 Os preços registrados poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação anual do IPCA contado a partir da composição do orçamento estimado para contratação.

11.3 Quando não for possível o reequilíbrio do Contrato através do índice descrito no item anterior, comprovação de perdas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

11.4 Recebidos os pedidos de reajuste frente ao contrato, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para decidir sobre o pedido, apresentando para tanto os fatos motivadores para deferimento ou indeferimento.

12. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

12.1 O Contrato deverá ser fielmente executado pelas partes pactuadas nas hipóteses previstas pelos artigos 89 a 95 da Lei Federal nº 14.133/21;

12.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

12.2.1 Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos que será de no mínimo um ano ou 80% de seu período de validade nos com data de validade inferior a um ano.

12.2.2 Entregar os produtos objeto deste Edital dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

12.2.3 Executar o Contrato ne melhor forma de direito e boa-fé responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.

12.2.4 Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Edital sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive extinção contratual.

12.2.5 Fornecer produtos novos quando for o caso que satisfaçam rigorosamente as especificações constantes deste Termo, as normas da ANP e dos fabricantes, e as normas nacionais e internacionais consagradas, na falta de regulamentação da ANP.

12.2.6 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto durante toda a sua vigência, no prazo máximo de 48 horas a contar da notificação, a pedido do município.

12.2.7 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria na execução e nos resultados obtidos, preservando o município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de sua exclusiva responsabilidade.

12.2.8 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pela legislação aplicável, em especial:

12.2.8.1 Economia no consumo de água e energia;

12.2.8.2 Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

12.2.8.3 Redução da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa;

12.2.8.4 Utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;

12.2.8.5 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

12.2.8.6 Fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias;

12.2.8.7 Utilização de produtos com baixo consumo energético e baixa emissão de ruído;

12.2.8.8 Observação das normas do INMETRO, quando for o caso e houver regulamentação da matéria.

12.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

12.3.1 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

12.3.2 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

12.3.3 Emitir, por meio do setor de compras o correspondente Pedido de Compra.

12.3.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos produtos, objeto do processo.

12.3.5 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, por meio do setor de compras do município de Santa Rita de Minas;

12.3.6 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas.

12.3.7 Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

12.3.8 Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.

12.3.9 Recusar qualquer produto, quando for o caso que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções à custa da CONTRATADA.

12.3.10 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos.

12.3.11 Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

12.3.12 Efetuar o recebimento definitivo do objeto por meio do departamento de compras.

12.3.13 Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.

13. DA RESPONSABILIDADE FISCAL.

13.1 Sobre os preços ora contratados estão contabilizados todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, na forma prevista pelo art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo exclusivamente da CONTRATADA tais responsabilidades.

14. DA RESERVA DE CARGOS.

14.1 A contratada assume perante A Administração o compromisso de cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.2 A comprovação de reserva cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

15. DAS SANÇÕES E INEXECUÇÃO.

15.1 O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades de advertência, multa de até 30% (trinta) por cento do valor global deste instrumento, suspensão no direito de licitar e contratar com o município, bem como à declaração de inidoneidade, conforme previstos na Lei Federal 14.133/21, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pela Administração;

15.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento assumidos:

15.2.1 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entregue do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação assumida ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor de cada ordem de fornecimento não atendida;

15.2.2 Até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado e juros de 1% (um por cento) ao mês, incididos sobre o valor da multa, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento objeto de não cumprimento de obrigação legal, com a possível extinção do compromisso;

15.2.3 Até 30% (trinta por cento) sobre o valor do registro, na hipótese da compromissária fornecedora, injustificadamente, desistir do compromisso ou der causa a sua extinção, bem como nos demais casos de descumprimento das obrigações, quando o município em face da gravidade analisará os critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

15.3 O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos devidos pelo município.

15.4 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.5 A CONTRATADA deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, falhando ou fraudando no fornecimento,

comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 06 (seis) anos, sem prejuízo de multas previstas neste documento e demais cominações legais.

15.6 Em todas as situações que couberem as sanções administrativas, será observado o regramento previsto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo assegurado ao sancionado o direito ao contraditório e ampla defesa nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/21.

16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

16.1 A extinção contratual poderá ser:

16.1.1 Por ato unilateral e escrito do município nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.1.2 Por acordo entre as partes, reduzido a termo conforme inciso II do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.1.3 Por determinação arbitral ou por decisão judicial na forma legal, diante do disposto no inciso III do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21;

16.2 Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, inclusive com vistas franqueadas ao interessado sobre assuntos de sua demanda.

17. DA PUBLICIDADE.

17.1 Será dada publicidade ao Contrato na melhor forma de direito sendo realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de transparência do órgão ora CONTRATANTE como condição indispensável para sua eficácia, para conhecimento da sociedade, em atendimento aos princípios constitucionais da eficiência, moralidade, transparência, segurança jurídica e outros.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A fiscalização do objeto compete aos órgãos requisitantes que, na qualidade de fiscais técnicos, serão responsáveis por aferir as condições e compromissos relacionados neste Contrato em conjunto com o Edital e Termo de Referência.

18.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3 As comunicações entre o município e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.4 A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

18.5 Após a assinatura do Contrato a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18.6 A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.7 O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

18.8 O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

18.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Administração emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

18.10 O fiscal técnico informará ao gestor da Administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

18.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, compromisso, entrega ou fornecimento nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao seu gestor para adoção das medidas cabíveis.

18.12 O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

18.13 O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso seja necessário.

18.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

18.15 O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

18.16 O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

18.17 O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

18.18 O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

18.19 O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

18.20 O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL.

19.1 A Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG, reserva-se o direito de exigir da CONTRATADA a prestação da garantia de execução de contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, quando analisará os critérios de razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e segurança jurídica, apresentando as devidas motivações.

20. DA PRORROGAÇÃO.

20.1 O presente Contrato poderá ser prorrogado pela Administração, mantidas as condições e preços vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

21. DO FORO.

21.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Caratinga, MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Santa Rita de Minas, MG _____ de _____ de 2026.

_____
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS
CONTRATANTE

_____
CONTRATADA

ANEXO VII – ESTIMATIVO UNITÁRIO, GLOBAL E QUANTITATIVO DO CERTAME.
PROCESSO Nº 063/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	V. UNIT.	V. TOTAL
1	1	UNID.	Estação Didática Móvel de Matemática – Educação Infantil – Creche 2 anos: 08 livros paradidáticos ilustrados; 74 jogos e brinquedos educativos em 16 tipologias; 02 Livros do Professor com 08 orientações de vivências; 02 Livros do Professor com 08 sequências didáticas estruturadas; estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte.	R$ 62.000,00	R$ 62.000,00
2	1	UNID.	Estação Didática Móvel de Matemática – Educação Infantil – Creche 3 anos: 08 livros paradidáticos ilustrados; 80 jogos e brinquedos educativos em 16 tipologias; 02 Livros do Professor com 08 orientações de vivências; 02 Livros do Professor com 08 sequências didáticas estruturadas; estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte.	R$ 62.000,00	R$ 62.000,00
3	1	UNID.	Estação Didática Móvel de Matemática – Educação Infantil – Pré-Escola 4 anos: 08 livros paradidáticos ilustrados; 64 jogos e brinquedos educativos em 16 tipologias; 02 Livros do Professor com 08 orientações de vivências; 02 Livros do Professor com 08 sequências didáticas estruturadas; estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte.	R$ 62.000,00	R$ 62.000,00
4	1	UNID.	Estação Didática Móvel de Matemática – Educação Infantil – Pré-Escola 5 anos: 08 livros paradidáticos ilustrados; 64 jogos e brinquedos educativos em 16 tipologias; 02 Livros do Professor com 08 orientações de vivências; 02 Livros do Professor com 08 sequências didáticas estruturadas; estrutura móvel, baú ou embalagem organizadora com sistema de transporte.	R$ 62.000,00	R$ 62.000,00

ANEXO VIII – TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ARP/CONTRATO.
PROCESSO Nº 063/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ARP/CONTRATO ADMINISTRATIVO

Dispõe sobre a designação de fiscal de contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento indicado na epígrafe e dá outras providências.

A prefeita de Santa Rita de Minas/MG, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, resolve designar o(a) servidor(a) _____, matrícula _____, como fiscal do instrumento de contratação derivado do Processo Administrativo nº 063/2026, Pregão Eletrônico nº 026/2026, Ata de Registro de Preços nº XXX/2026, tendo por objeto a aquisição de e Estações Didáticas Móveis de Matemática, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas conjuntos de materiais pedagógicos estruturados para a Educação Infantil e de Pré-Escola, de modo a contribuir para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na rede municipal de educação, devendo ainda:

a) Tomar ciência integral dos autos do processo, do instrumento contratual, do termo de referência/projeto básico e dos demais documentos que orientam a execução;

b) Acompanhar a execução do objeto, verificando a conformidade de quantidades, especificações, qualidade, prazos e demais condições pactuadas;

c) Registrar ocorrências, intercorrências e eventuais inconformidades verificadas durante a execução, comunicando-as tempestivamente ao gestor e à autoridade competente, quando cabível;

d) Atestar o recebimento provisório ou definitivo, conforme a natureza do objeto e as regras do processo, elaborando ou subscrevendo os relatórios pertinentes;

e) Conferir medições, relatórios, notas fiscais, comprovantes e demais documentos da execução, para fins de liquidação e pagamento, em articulação com o gestor do contrato;

f) Acompanhar, quando exigível, a manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada durante a execução;

g) Solicitar providências à contratada para correção de falhas ou irregularidades identificadas, mantendo registro formal dos atos praticados;

h) Subsidiar o gestor do contrato com informações técnicas e operacionais necessárias à boa gestão da contratação.

Santa Rita de Minas/MG, XX de XXXX de 2026.

_____
Zania Faria Silva

Eu, _____, abaixo assinado, declaro estar ciente da designação ora atribuída, bem como das funções inerentes à fiscalização do contrato.

_____
Servidor Designado Fiscal

P. M. Santa Rita de Minas. PAC nº 063/2026 – P. E. nº 026/2026. Objeto: Registro de preços objetivando a futura e eventual aquisição de e Estações Didáticas Móveis de Matemática, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas conjuntos de materiais pedagógicos estruturados para a Educação Infantil e de Pré-Escola, de modo a contribuir para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na rede municipal de educação. Abertura: 27/11/2026 às 09:30min. Local: https://licitar.digital/ . Contato: 33 3323 1200, pelo site www.santaritademinas.mg.gov.br ou pelo e-mail licitacao@santaritademinas.mg.gov.br. Zânia Faria Silva – Prefeita Municipal